



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



O regime colonial e os colonos portugueses: discursos emitidos no semanário Savana durante as celebrações da independência de Moçambique (1998- 2003)

JOÃO FEIJÓ

Universidade Aberta ~ joaofeijo@hotmail.com

Resumo:

Ao longo dos anos, a arte foi se transformando, devido a diversas mutações. As mudanças sócio-históricas, as diversas alterações do conhecimento e as inovações tecnológicas são factores que contribuíram, para que também os modos de percepção das obras se alterassem. A holografia artística e os modos de a entender são um exemplo dessas modificações. As formas de ver a matéria, o tempo e o espaço mudaram simultaneamente com ela. Estas novas mudanças, sobretudo os novos tratamentos do tempo e espaço colocam a holografia no topo da representatividade imagética. As grandes semelhanças, entre a realidade primeira e a sua representação são fruto de um medium tecnológico, que permite uma elevada correspondência entre uma e outra. Criticar a holografia artística é pois, questionar tudo o que lhe deu origem, na sua total dimensão.

Palavras-chave:

Representações sociais, estudos africanos, exclusão social, racismo.

Questões, territórios e metodologia do estudo empírico

Ao longo do Estado Novo, a ideologia política e a historiografia nacional, imersas em pressupostos fortemente nacionalistas, enaltecem o papel colonial português, difusor da fé Cristã e dos «bons costumes», civilizador de povos anteriormente selvagens e organizador dos territórios ultramarinos (Catroga, 1996; Torgal, 1996). A produção de discursos esteve fortemente condicionada pela justificação de uma natural vocação colonial do país. A ausência de racismo nas províncias ultramarinas portuguesas e a existência de sociedades multirraciais, perfeitamente integradas num todo nacional, constituíram princípios divulgados pela propaganda do regime.

Após a independência de Moçambique produziram-se, neste país, outras interpretações da história que vieram subverter o paradigma europocêntrico¹ e colonial. As novas análises passaram a

¹ Como se referia no Programa estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos (referido por Catroga, 1996: 618), a própria expressão “descobrimto” comporta um evidente enviesamento etnocêntrico: “sendo

destacar os conflitos sociais entre colonizadores e colonizados, bem como os aspectos políticos e económicos da acção colonial, nomeadamente as estratégias adoptadas pelo Estado Novo na rentabilização económica de Moçambique, em proveito dos interesses da metrópole. O pressuposto destas análises era que a exploração dos recursos das colónias constituía o resultado de relações sociais assimétricas, que importava denunciar. A precariedade social e as más condições de vida da população moçambicana, bem como as diversas formas de resistência à presença colonial passaram a constituir assuntos discursivos. As novas abordagens assumiram um carácter nacionalista, de cariz anti-colonial, classicista e militante².

Dado o carácter histórico recente, as características opressivas que assumiu, bem como a forma conflituosa como se deu a transição para a independência, o conceito de colonização está imerso em valores e atitudes fortemente politizadas. Muitos daqueles que foram agentes do sistema colonial ou das guerras de libertação são ainda hoje vivos e, por vezes, actores influentes nos domínios político e económico. Trata-se, para muitos, portugueses e moçambicanos, de um assunto melindroso, gerador de reacções emotivas e de posições conflituosas.

Contudo, cerca de um quarto de século após a independência de Moçambique o cenário político sofreu mudanças significativas. Desmantelados os regimes de *apartheid* nos países vizinhos, Moçambique concretiza um processo de abertura democrática e de transição para o multipartidarismo. Nesta investigação assume-se que com a democratização do país e com o aumento da liberdade de expressão surgem novas e variadas perspectivas na imprensa independente do Governo, que vêm problematizar narrativas anteriores, de cariz marxista, populista ou anti-colonial, assim como a própria formação do poder em Moçambique. É com base nesta premissa que se pretende analisar os discursos pós-coloniais publicados no semanário independente *Savana*. Trata-se de dar resposta a um conjunto de questões relacionadas com as representações da história de Moçambique.

Na prossecução dos objectivos iniciais optou-se pela análise das peças jornalísticas do semanário *Savana*. A escolha deste periódico relacionou-se com o facto de se tratar do primeiro semanário independente do Governo de Moçambique (pós-colonial), de haver uma maior produção de artigos sobre esta publicação, realizados por jornalistas moçambicanos com ela envolvidos, por cientistas sociais, bem como por organizações não governamentais. O facto de todos os números do *Savana* estarem disponíveis no Arquivo Histórico de Moçambique constituiu um outro motivo para a opção por este periódico.

Na impossibilidade de consultar todos os números do *Savana*, seleccionou-se como corpo de análise os números publicados nos meses de Junho e de Setembro, no período compreendido entre Setembro de 1999 e Junho de 2003. A pertinência desta selecção relacionou-se com o facto de, nestas datas, se celebrarem importantes efemérides relacionadas com a independência de Moçambique³. Seria, à partida, durante estes períodos de comemoração que se reavivaria a memória comunitária, que se opinaria acerca dos portugueses, ou que se estabeleceriam balanços e análises,

descobridores, os portugueses (os europeus) foram também descobertos. O seu olhar sobre os outros não deve obliterar a forma como os outros nos olharam ou como eles se olhavam a si mesmos”.

² Como foi inclusivamente expresso na introdução de Carlos Serra na primeira edição do volume História de Moçambique, editado pela Universidade Eduardo Mondlane (citado por Moreira, 1995: 14): “Escrever, vincula. Vinculemo-nos”.

³ A 7 de Setembro de 1999 celebrou-se um quarto de século da assinatura dos Acordos de Lusaka e, portanto, do cessar-fogo entre o exército português e a Frente de Libertação de Moçambique. Em segundo lugar é durante estes meses que se comemoram diversas datas associadas à luta pela independência. Para além do 7 de Setembro (Dia da Vitória), o dia 25 de Setembro (Dia das Forças Armadas) de 1962 é conhecido em Moçambique como a data de início da luta armada contra o colonialismo português. Foi também a 25 de Setembro, mas de 1974, que tomou posse em Moçambique um Governo de transição, composto por cidadãos portugueses e representantes da Frelimo. A 25 de Junho (Dia da Independência) de 1962 foi criado na Tanzânia o partido Frelimo e, em 1975, proclamou-se oficialmente a independência de Moçambique. Em todas estas datas celebra-se um feriado nacional em Moçambique.

cépticas ou nacionalistas, sobre os conflitos passados entre portugueses e moçambicanos. A consulta dos números seleccionados do semanário *Savana* realizou-se no Arquivo Histórico de Moçambique. O critério de recolha e de selecção das peças jornalísticas foi aberto: registaram-se todas as peças que referissem no texto ou em imagens, situações ou comentários sobre o período colonial. Desta leitura inicial foram seleccionadas 103 peças jornalísticas.

A «longa noite colonial» – representações do sistema político e social

Da análise das peças jornalísticas seleccionadas observa-se que, para todas as vozes e quadrantes políticos, o colonialismo constituiu um período da história de Moçambique caracterizado pela opressão, pela violência e pela falta de liberdade dos moçambicanos. Nos textos recorreu-se sucessivamente a um conjunto de expressões padronizadas (“jugo colonial”, “noite colonial”; “liberdade agrilhoadada”) na caracterização desse autoritarismo. Ao longo desta encenação ritual, os discursos adoptaram um sentido épico. Esse carácter emotivo adquire sentido se atendermos a fenómenos como o trabalho forçado ou à brutalidade de práticas disciplinares, aplicadas no controlo das populações africanas, sobretudo no período anterior à década de 1960⁴.

Um outro aspecto, no qual todos os partidos políticos estiveram de acordo, relacionou-se precisamente com os obstáculos criados pelo sistema colonial, ao aparecimento de associações políticas. A falta de liberdade existente durante o período colonial foi frequentemente ilustrada com referências às perseguições políticas da PIDE/DGS. Nesta encenação ritual foram convidados precisamente aqueles a quem se reconheceu legitimidade para comemorar estas questões políticas, precisamente os políticos e os dirigentes partidários. Trata-se de grandes figuras de Estado e de quadros de primeira geração da Frelimo (Joaquim Chissano, Sérgio Vieira) bem como de importantes figuras da oposição política ao Governo (Afonso Dhlakama, David Aloni, Domingos Arouca, Lutero Simango, António Palange ou Máximo Dias), que enfrentaram obstáculos ao nível da participação socio-política, num contexto de desconfiança relativamente às organizações africanas emergentes. O facto de a maioria dos emissores de opinião pertencer à classe política explica que a recuperação deste tema (colonialismo) seja feita através da exploração da sua dimensão política (43% dos comentários ao sistema colonial incidiram sobre esse aspecto). As vozes do semanário *Savana* não valorizaram a eficiência das leis, mas antes a justiça e a participação das populações africanas na construção das mesmas ou do sistema político. Trata-se de uma população que viveu o período colonial mais próxima do centro do poder político e que, portanto, terá desenvolvido maiores expectativas, relativamente à participação nos processos de tomada de decisão⁵. Nas culturas políticas mais democráticas e participantes torna-se natural que o enfoque seja direccionado para questões de natureza política propriamente dita, como sejam o exercício da cidadania ou os direitos cívicos dos cidadãos. Nestes contextos sociais, o uso da violência ou do poder coercivo tende a ser reprovado com mais veemência.

Por outro lado, os discursos seleccionados do semanário *Savana* vêm desmentir claramente os discursos de tolerância racial (21% dos comentários focaram este assunto), popularizados pela teoria

⁴ Apesar da escravatura haver sido abolida ainda no séc. XIX, ao longo do século XX a prática assumiu outras formas, nomeadamente por intermédio do sistema de trabalho forçado (vulgo *chibalo*) e do cultivo obrigatório de matérias-primas, nomeadamente do algodão ou do arroz (MacQueen, 1997: 11). O excesso de autoridade foi particularmente visível no campo da política laboral. Nas zonas urbanas, a afluência crescente dos nativos à procura de emprego, criava nas autoridades portuguesas um problema de disciplina social, cuja resolução era efectuada através de um rigoroso controlo da actividade da população negra (Hedges, 1999: 100). Nas zonas rurais, a ausência de capitais para o desenvolvimento foi colmatado com um aumento do rigor do sistema laboral, de forma a concretizar os planos económicos coloniais, sem o acréscimo de verbas para salários e para postos permanentes de trabalho (Hedges, 1999: 139).

⁵ O regime político fascista limitou a liberdade de expressão e de associação, instituiu a censura prévia na imprensa e proibiu o direito à greve e à sindicalização. A natureza autoritária do regime torna-se explicativa não só do rigor, como do reforço da autoridade, durante o período em análise.

luso-tropicalista do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1958; 1961). De acordo com os emissores de opinião, o sistema colonial instituiu mecanismos (in)formais de reprodução de desigualdades sociais, assimetrias essas assentes em pressupostos raciais, o que terá gerado tensões no seio da sociedade moçambicana. As discrepâncias no acesso aos recursos de poder, nomeadamente no controlo dos meios de produção ou de habitação, bem como no acesso a determinados postos de trabalho foram frequentemente mencionadas⁶. Neste cenário de assimetria social, defendeu-se que o contacto entre culturas encontrava-se seriamente dificultado, sendo que a discriminação social e a desigualdade de critérios eram também sensíveis no campo da justiça. A discriminação dos africanos foi, ainda, denunciada ao nível da arte e da cultura moçambicana⁷.

A existência de dois estatutos jurídicos distintos⁸, que traduziam direitos de cidadania desiguais, bem como o facto de não terem sido disponibilizados aos africanos, condições para que pudessem obter o estatuto de assimilado (rede escolar insuficiente, dificuldades económicas no acesso à educação, etc.)⁹, é ilustrativo das desigualdades sociais existentes durante o período em análise. Se se declarava que o projecto de assimilação dos indígenas constituía uma expansão civilizacional, ao mesmo tempo, criavam-se instrumentos legais e instituições que afirmavam continuamente a diferença e a desigualdade, entre os nativos por um lado, e os europeus, euro-descendentes e assimilados por outro.

Um terceiro campo que mereceu um particular ênfase (19% de todas as referências), por parte dos emissores de opinião do *Savana*, prendeu-se com o carácter utilitarista e materialista que constituiu para Portugal, tanto a colónia de Moçambique como as respectivas populações moçambicanas. O jornalista Ericino de Salema (29.06.2001: 4) falava inclusive de uma “*pilhagem das nossas riquezas*” que, nas palavras de Afonso Dhlakama (23.06.2000: 7), terão sido “*usurpadas*” ao longo da acção colonial. O músico José Mucavele (Machava, 10.09.1999a: 2) questionava com particular indignação: “*Gostaria de perguntar, por exemplo, se eu teria uma dívida com Portugal!*”

⁶ Diversos investigadores têm-se dedicado à análise da desigualdade de oportunidades de acesso aos melhores empregos, como também das assimetrias salariais, existentes na sociedade colonial, diferenças essas que se terão acentuando a partir da década de 1930 (Hedges, 1999: 175). Na sua investigação sobre os trabalhadores de Lourenço Marques, Jeanne Penvenne (1993: 87-88) analisa os obstáculos criados pelo Governo colonial, ao longo do século XX, no sentido de restringir o acesso dos africanos ou *mestiços* a cargos na administração pública e em empresas comerciais. No início da década de 1960, o salário anual médio de um trabalhador negro na indústria era dez vezes inferior ao de um congénere branco (Martins, 1974: 72; Hedges, 1999: 175), sendo que por vezes a diferença salarial não traduzia as respectivas competências (Penvenne, 1993: 186). A situação agravava-se pelo facto de os negros estarem impedidos de se constituir em sindicatos e de reclamar direitos profissionais. Como escreve Carlos Serra (1999: 440), durante o período colonial distinguiram-se em Lourenço Marques duas cidades: “*uma, a ‘branca’, com o seu traçado geométrico, indica a preocupação de ordem e controlo do colonizador; a outra, a ‘sub-urbana’, é desordenada e miserável. Nesta vive o africano, mão-de-obra necessária para os trabalhos de construção civil, para os carregamentos no porto, para os trabalhos domésticos*”. De acordo com David Hedges (1999: 168), 75% dos investimentos destinavam-se à criação de infra-estruturas de apoio, que favorecessem a instalação dos colonos portugueses. Os caminhos-de-ferro, as estradas, os melhoramentos hidroeléctricos, e o apetrechamento de portos, constituíam obras que confluíam para a criação de centros de colonização, ou de melhoramento dos já existentes.

⁷ A assimilação à cultura portuguesa constituía, para um africano, a melhor forma de ascensão social, o que não contribuiu para a valorização das culturas africanas, inclusive no seio das próprias comunidades negras.

⁸ Apesar de todos os cidadãos “*do Minho a Timor*” serem considerados portugueses nos discursos oficiais, o Direito português distinguiu, no ultramar, as populações indígenas das assimiladas. Para obter o alvará de assimilação, o anterior indígena tinha que, entre outros aspectos, possuir o diploma da 3ª classe, não ter cadastro e possuir meios económicos de sustento da sua família (Martins, 1974: 75). Em caso de desemprego, aqueles que não detinham o estatuto de assimilado, ficavam sujeitos ao recrutamento para trabalho forçado, e a um estreito controlo da sua mobilidade geográfica. Este estatuto negava à grande maioria dos moçambicanos todo um conjunto de direitos indispensáveis ao exercício da cidadania, nomeadamente ao nível do acesso ao mercado de trabalho, na progressão profissional e salarial. Tratou-se de uma política que visava dirigir a mão-de-obra africana para o “*trabalho barato*”, de modo a servir o crescente sector capitalista e a promover os interesses da população branca portuguesa que chegava a Moçambique (Penvenne, 1993: 133). O estatuto foi abolido na década de 1960.

⁹ Diversos autores defendem que tanto a administração portuguesa (Newitt, 1995: 385), como as próprias missões religiosas (Thomaz, 2001: 42-51), dificultaram o processo de assimilação dos indígenas, limitando-se a permitir que apenas um certo número de africanos “*que por algum motivo eram necessários ao regime, adquirisse esse estatuto*” de assimilado (Newitt, 1995: 385). Em 1955 numa população total estimada em mais de cinco milhões de habitantes, haviam apenas 4555 assimilados, o que atesta os poucos benefícios que o grosso da população moçambicana terá retirado (Hedges, 1999: 182).

Portugal teria coragem de me exigir a mim o pagamento de alguma dívida? O que tirou durante 500 anos foi pouco?'

Um aspecto que é recuperado com particular emoção, e em torno do qual são conferidos mais exemplos ilustrativos, prende-se com a exploração abusiva da mão-de-obra africana durante o regime de trabalho forçado¹⁰, para proveito dos interesses coloniais. No período pós-guerra verificou-se uma extensão e intensificação deste sistema de recrutamento, sobretudo nas plantações de algodão no norte do país. Na implementação deste sistema de trabalho forçado, a administração portuguesa contou com a posição e a colaboração das autoridades tradicionais, na figura dos régulos, não só ao nível da organização da produção, como na identificação administrativa da população local (Hedges, 1999: 139). Este sistema de recrutamento de trabalhadores perdurou até 1961 quando, em função de uma série de pressões internacionais, Portugal se viu obrigado a abolir o Estatuto do Indigenato, revogando todo um corpo de legislação laboral específico, para pessoas anteriormente designadas de indígenas. Todos os habitantes nativos de Moçambique, Angola e Guiné adquiriram o estatuto formal de cidadãos portugueses de pleno direito.

A problemática do desenvolvimento de Moçambique durante o período colonial mereceu menor atenção nas peças em análise (17%). Quando o assunto foi abordado prevaleceram as referências ao atraso económico e social, registado aquando da independência de Moçambique. As críticas incidiram sobre a carência de infra-estruturas, no campo da indústria e da educação, mas também sobre a administração colonial. Na literatura científica é possível encontrar diversas referências ao desenvolvimento registado em Moçambique em termos de infra-estruturas agrícolas e industriais¹¹, de transporte e de comunicação¹², de saúde ou de educação¹³. Contudo, no final do período colonial, Moçambique era também uma região marcada por fortes assimetrias regionais¹⁴, com graves

¹⁰ Face às crises de recrutamento de mão-de-obra, o então Governador-Geral de Moçambique, Tristão Bettencourt emitiu a circular 818/D7 de 7 de Outubro de 1942. De acordo com esta disposição legal, os africanos não assimilados, que não pudessem provar a sua ocupação profissional ou o seu trabalho por conta de outrem, podiam ser capturados pelo administrador ou chefe de posto, concentrados nas respectivas sedes, e recrutados para trabalho obrigatório em plantações ou em obras públicas, por período não superior a seis meses. Em troca desse serviço (também conhecido por *chibalo* ou por trabalho obrigatório), os trabalhadores recebiam apenas alimentação (Hedges, 1999: 97).

¹¹ Nas décadas de 1940 e 1950, construíram-se diversos esquemas de irrigação dos vales dos rios Limpopo e Umbeluzi e, mais tarde, noutras regiões do país, permitindo a instalação de colonatos e de grandes investimentos agrícolas. Nas décadas de 1950 e 1960 realizaram-se grandes investimentos hidroeléctricos, como as barragens de Chicamba Real ou dos rios Revubwe e Movene. A barragem de Cahora Bassa, sobre o rio Zambeze, constituía na época, em tamanho, a quarta maior barragem do Mundo e a maior do continente africano (Martins, 1988: 144). A partir da década de 1960, desenvolveram-se novas e variadas indústrias transformadoras, da construção civil, dos transportes e do turismo, particularmente em Lourenço Marques e na Beira (Newitt 1995: 407). Nos últimos anos do período colonial, os relatos do jornalista Martin Meredith, autor de *The first dance of freedom, Black Africa in the post-war era* (citado por Martins, 1998: 34), eram decorosos para as administrações coloniais: "*The cities of Portuguese Africa – Luanda, Lourenço Marques, Beira, Lobito, Benguela – were among the most modern on the continent, well served by their own newspapers, broadcasting stations, sport clubs and museums. By 1960, Luanda, the capital of Angola, had become the third largest city in the Portuguese domain after Lisbon and Oporto*".

¹² Em 1975 o país estava equipado com três grandes portos (em Lourenço Marques, Beira e Nacala), três aeroportos internacionais (Lourenço Marques, Beira e Nampula) e inúmeros aeroportos e aeródromos por todas as províncias do território (Martins, 1974: 166). Jeanne Penvenne (1993: 156) refere que a tonelagem manuseada através do porto de Lourenço Marques aumentou de 1,7 milhões em 1940, para 13,6 milhões em 1970.

¹³ Durante a administração portuguesa construiu-se uma rede de serviços de saúde que, em 1969, era constituída por 395 unidades hospitalares e maternidades (Abshire e Samuels, 1969: 192), destinadas a cobrir grande parte do país. No campo da educação desenvolveu-se uma rede de estabelecimentos de ensino secundário, por intermédio do Estado e da Igreja, nos principais centros urbanos, e em especial no sul do país. Em 1961 existiam três liceus na capital do país, um na Beira, um em Nampula e outro em Inhambane. O número de alunos que frequentava o ensino secundário subira de 208 em 1930, para 12.044 em 1961, valores que continuaram a aumentar até à independência de Moçambique (Newitt, 1995: 415).

¹⁴ Apesar de se terem realizado esforços consideráveis na construção de estradas, num país com uma extensão de cerca de 3000 km (do rio Rovuma a Norte, à Ponta do Ouro a Sul) existiam, em 1964, apenas 11.786 km de rede viária (Newitt, 1995: 403). De acordo com o autor, em 1960 era mais fácil ir do norte de Moçambique ao Sul por mar ou atravessando a Niassalândia (actual Malawi) e a Rodésia (hoje Zimbabué) do que pelo anterior território português. A maior parte do norte não tinha estradas, caminhos-de-ferro, aeródromos, telecomunicações nem energia eléctrica. Este factor proporcionou o isolamento de vastas regiões do território, acentuando a sua relação com os países vizinhos e não contribuindo para a sua

carências ao nível de infra-estruturas de saúde e de educação¹⁵, que beneficiavam sobretudo a população portuguesa e urbana. Um país como Portugal, com reduzidos índices de desenvolvimento, comparativamente com outros países europeus, não poderia proporcionar nas colónias, as infra-estruturas que não conseguia assegurar à população metropolitana¹⁶.

A desvalorização de aspectos relacionados com o desenvolvimento económico e social do Moçambique colonial pode ser justificada pelo facto de, os actores sociais em questão terem naquele período vivido à margem dos benefícios proporcionados pelo sistema colonial. Como se referiu, diversas estruturas sociais no âmbito da educação, do turismo ou do lazer, foram desenvolvidas com base nas necessidades das populações de origem europeia. Apesar de não se conferir grande destaque, um facto é que 25 anos após a independência de Moçambique, foi possível encontrar algumas vozes (sobretudo jornalistas) que, por comparação com o tempo presente, recuperaram alguns aspectos positivos do sistema colonial. Num quadro de pobreza extrema, esses aspectos positivos colocam-se precisamente na questão do desenvolvimento socio-económico. A capacidade produtiva da agricultura portuguesa constituiu o aspecto mais realçado. Face às carências alimentares vividas no presente por grande parte da população moçambicana, alguns jornalistas recuperaram, com saudosismo, a capacidade produtiva do aparelho colonial, numa evidente mensagem às elites políticas e governamentais.

Os colonizadores portugueses – representações dos actores do sistema colonial

A população portuguesa residente em Moçambique durante o período colonial era bastante heterogénea. Poucos meses antes da independência da antiga colónia, Elísio Martins (1974: 80-83) distinguia quatro categorias de “*portugueses residentes em Moçambique*”: *pessoal administrativo*; *colonos*; *emigrantes* e *pessoal militar*. O autor reconhecia porém a crescente dificuldade de definição das mesmas categorias. Para Elísio Martins, o *pessoal administrativo* era facilmente definível até ao início da guerra colonial. Tratava-se de indivíduos com uma missão oficial em Moçambique e que, no final da mesma, regressavam normalmente à metrópole. Com o início da guerra colonial, o Governo português começou a encorajar a fixação em Moçambique dos funcionários públicos, o que veio a

integração do país como um todo. O norte de Moçambique manteve-se, predominantemente, uma terra de camponeses e comunidades agrícolas, governadas à maneira «tradicional». Apesar do dinamismo do porto de Nacala e de Nampula surgir como uma importante junção ferroviária e centro administrativo, a economia moderna mantinha-se muito limitada à zona em redor dos dois principais centros urbanos: Lourenço Marques e Beira. Para Malyn Newitt (1995: 407), vastas zonas do país pouco ou nada tinham deste desenvolvimento moderno, permanecendo Moçambique basicamente um país de cidades de empresas – como Vila Pery ou Dondo – e pequenos centros administrativos, muitas vezes situados em antigas cidades comerciais, como Quelimane, Angoche ou Ibo, nas províncias do norte do país.

¹⁵ Malyn Newitt (1995: 411) apresenta-se no entanto bastante crítico em relação à qualidade da assistência médica disponibilizada. De acordo como o autor, a malária, a doença do sono, a lepra e a bilharzíase constituíam doenças endémicas e um terço das crianças moçambicanas morria durante a infância. As infra-estruturas de saúde eram claramente insuficientes face à extensão do território, estando as melhores unidades concentradas nos grandes centros urbanos, exactamente nas áreas onde a concentração da população portuguesa era maior. A carência de recursos humanos era ainda evidente. Em 1969 existiam apenas 400 médicos em Moçambique (Abshire e Samuels, 1969: 193). As críticas feitas ao sistema de ensino em Moçambique durante o período colonial são conhecidas. Por um lado, o Estado Novo não tinha como política prioritária a aposta na formação avançada dos recursos humanos do país. O desenvolvimento do sistema de ensino em Moçambique foi lento e quase sempre suportado pelas acções da Igreja Católica, e no âmbito do ensino primário. Por outro lado, as medidas educativas concentravam-se sobretudo nos grandes aglomerados urbanos (Newitt 1995: 383), precisamente nas áreas onde a população de origem europeia estava mais concentrada, e de forma a enquadrar os filhos da crescente população branca (Hedges, 1999: 176). Critica-se frequentemente o etnocentrismo (os alunos eram obrigados a conhecer em pormenor a geografia de Portugal continental negligenciando-se o estudo de Moçambique), a ênfase conferida ao ensino da Fé católica ou do nacionalismo português (Thomaz: 2001: 45), a insuficiência e a má preparação dos professores (Hedges, 1999: 121), bem como a sub-representação de estudantes africanos – em 1960, onde o ensino era controlado pelo Estado, os alunos negros representavam apenas 13% do total de matrículas, percentagem muito menor que em 1930, onde constituíam mais de 50% dos alunos inscritos (Hedges, 1999: 181).

¹⁶ De acordo com os Censos de 1970, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 20,5%, enquanto que em Moçambique rondava os 90% (Isaacman, 1978: 12).

confundir este grupo com outras categorias como os *emigrantes* ou os *colonos* da tipologia em questão. Da mesma forma, os *militares* portugueses, que costumavam regressar a Portugal após o seu período de serviço, a partir da década de 1960 passaram a ser incentivados a prolongar a sua estada na colónia. Pretendia-se potenciar a existência de uma reserva militar, que proporcionasse uma maior segurança às populações, numa situação de emergência. Da mesma forma, este grupo começou a imiscuir-se no grupo dos *emigrantes*. A categoria *emigrantes* compunha os portugueses que iam voluntariamente para Moçambique, no quadro da tendência emigratória da época, mas cuja intenção não previa a fixação permanente no território. Por fim, os *colonos* eram definidos como o grupo de agricultores portugueses, enviados para Moçambique a partir da década de 1950, não só com a finalidade de formar colonatos agrícolas, mas também de promover a assimilação das populações locais¹⁷. O prolongamento do conflito armado, a intensificação do investimento em Moçambique e os incentivos gerados pelo Estado colonial, no sentido de instalar e de prolongar a presença portuguesa no território, tornaram as divisões sociais ainda mais complexas. Por outro lado, a política de assimilação cultural adoptada nas colónias portuguesas, ainda que incipiente, problematiza uma definição da comunidade portuguesa residente em Moçambique, durante o período colonial. A utilização de conceitos como *colonos*, *brancos*, *portugueses* ou *não africanos* torna-se particularmente simplista, quando aplicados aos cerca de 40.000 mistos (afro-portugueses ou luso-goeses), muitos dos quais abandonaram definitivamente o território após 1974. Os mesmos conceitos não são adequados para designar as famílias portuguesas, nascidas e residentes em Moçambique há várias gerações, e com reduzidas ou nulas ligações com a metrópole. Em termos dimensionais, a população portuguesa residente em Moçambique aumentou exponencialmente ao longo do século XX, sobretudo após a II Guerra Mundial¹⁸ (Martins, 1974: 83). Segundo Allen Isaacman (1983: 145), entre 1974 e 1977 a mesma comunidade diminuiu de 250.000 para aproximadamente 20.000 indivíduos. De acordo com Rita-Ferreira (1988: 122), a comunidade portuguesa concentrava-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, com destaque para Lourenço Marques (38%) e para a cidade da Beira (10,5%).

Quando foram efectuadas referências aos antigos colonos portugueses, destacaram-se sobretudo as posições políticas dos mesmos (56%), nomeadamente a relutância que demonstraram em relação ao processo de descolonização. Esta atitude política apareceu quase sempre indissociável dos acontecimentos que se viveram em Setembro de 1974, que culminaram na ocupação, por cidadãos portugueses, das instalações do *Rádio Clube Moçambique* (actual *Rádio Moçambique*).

Com o golpe de Estado de 25 de Abril e a instauração de um regime democrático, a descolonização adquiriu importância na agenda política. Conhecidas as posições do Movimento das Forças Armadas relativamente à liberdade de expressão ou à questão colonial, diversas atitudes despolitizadas ou pró sistema colonial deixaram de ser consentâneas com a nova realidade. Perante um clima político-social turbulento e face às incertezas do futuro, despertou-se a consciência política dos habitantes da colónia. Os portugueses assumiram atitudes que, meses antes, seriam impensáveis. Surgem diversos agrupamentos políticos, debilmente estruturados, compostos por cidadãos portugueses, afro-portugueses ou africanos¹⁹. Inicialmente na imprensa e na rádio e depois

¹⁷ Os colonatos constituíram uma tentativa de recriar em Moçambique, a pequena propriedade rústica portuguesa, de tradição católica. Estas iniciativas deviam também constituir uma barreira, ao avanço de qualquer movimento nacionalista que, na época, emergia pelo continente africano (Hedges, 1999: 165; Newitt, 1996: 404). Ao longo da década de 1950 fixaram-se em Moçambique mais de 13 mil colonos, nos diversos colonatos agrícolas entretanto formados.

¹⁸ De 1930 até 1960 a população portuguesa residente em Moçambique aumentou de 17.842 para 97.245, e para cerca de 200.000 em 1974.

¹⁹ Entre estes grupos Norrie MacQueen (1997: 136-139) destaca o COREMO, o GUMO, a FRECOMO, o PCN, o MONA, o MONAUMO, o PESODUMO, o MODEMO, a FICO, ou a UDAMO.

em comícios públicos, defendiam-se díspares soluções para o futuro político de Moçambique, que iam desde a realização de eleições livres e multipartidárias, por intermédio de um sufrágio universal, até à entrega incondicional da soberania à Frelimo (Rita-Ferreira, 1988: 127). Contudo, a criação de partidos políticos eficientes esteve fortemente condicionada pela variedade de interesses e de posições e, sobretudo, pelo défice organizativo dos movimentos embrionários. Por outro lado, a instabilidade política na metrópole e a sucessiva mudança de governos tornava-se incompatível com o desenvolvimento de partidos políticos coerentes e congregantes.

Num contexto de crescente insegurança e de intensa agitação política, perante rumores da realização de encontros em Lusaka, entre o Governo português e representantes da Frelimo, diversos sectores da população branca de Lourenço Marques e da Beira – aos quais se juntaram posteriormente outras cidades como João Belo (actual Xai-Xai), Nampula ou Quelimane –, realizaram um conjunto de manifestações de protesto. Estes acontecimentos, decorridos entre 6 e 10 de Setembro de 1974, enunciados nas peças jornalísticas em análise, tiveram início nos ataques a instalações de Lourenço Marques, de organizações conotadas com o apoio à Frelimo²⁰, que culminaram na ocupação das instalações do *Rádio Clube Moçambique*. Os dirigentes do movimento emitiram sucessivos apelos à população, incitando-a a resistir contra os propósitos dos governantes de Lisboa, de transmissão unilateral do poder político à Frelimo. No decurso dos acontecimentos, embora ignorando as condições em que se verificaram os confrontos, Rita-Ferreira (1988: 133) refere a prática de ataques, por parte de alguns europeus, contra habitantes africanos dos subúrbios de Lourenço Marques. “*Seja por ressentimentos acumulados, seja por impulsos colectivos de retaliação, seja por terem sido mobilizados por palavras de ordem*”, enormes multidões de africanos dos subúrbios e das áreas circunvizinhas da capital, lançaram-se em saques indiscriminados e em “*sanguinárias violências*”. A população europeia e asiática, que ali residia em moradias dispersas e em bairros periféricos, constituiu o alvo principal. O número oficial de vítimas foi então estabelecido em 82 mortos e 472 feridos. De acordo com Norrie MacQueen (1997: 150) a onda de assaltos prolongou-se por várias semanas.

Nos discursos publicados no *Savana* prevalece a opinião que os acontecimentos em análise não passaram de uma tentativa “*desorganizada*” e “*terrorista*”, gerada por um grupo minoritário que, de “*cabeça perdida*”, pretendia implementar em Moçambique um regime semelhante ao da antiga Rodésia do Sul. O grupo terá assumido um comportamento desesperado e violento, capaz de utilizar a agressão e o ataque bombista como arma política. O General na reserva Américo Mpfumo (entrevistado por Nuvunga, 26.06.1998b: 13), membro do partido Frelimo, racializou inclusive os acontecimento ao afirmar que, “*a 7 de Setembro um grupo de brancos tentou evitar a independência*”. Gabriel Simbine (entrevistado por Bié e Nhancale, 03.09.1999a: 17) foi mais rigoroso na classificação dos revoltosos: “*Os comerciantes, governantes portugueses e outros defendiam a manutenção de Moçambique como colónia portuguesa.*” Se bem que a maioria da população de Lourenço Marques que se concentrou junto ao *Rádio Clube Moçambique* era de origem portuguesa, entre estes contava-se um grupo de africanos, ainda que minoritário, composto por elementos opositores à Frelimo, entre os quais Rita-Ferreira (1988: 133) destaca Joana Simeão, Miguel Marrupa ou Uria Simango²¹.

²⁰ De acordo com Rita Ferreira (1988: 137-142), no dia 6 de Setembro, grupos ligeiramente armados atacaram instalações dos jornais *Notícias* e do *Tribuna*, a sede dos Democratas de Moçambique e o centro de convívio da Associação Académica. As vítimas dos ataques defendiam os ideais da Frelimo de forma tão aberta e convicta que, Vítor Crespo (citado por MacQueen, 1997: 153), contra-almirante e Alto-comissário em Moçambique no pós 25 de Abril, descreveu os “*Democratas de Moçambique como mais frelimistas do que a Frelimo*”. Já no dia seguinte, os revoltosos fizeram explodir parte do paiol de Benfica e assaltaram a penitenciária, pondo em liberdade os antigos agentes da PIDE/DGS e ocuparam momentaneamente o aeroporto da cidade.

²¹ Joana Simeão, de etnia Macua, era professora do liceu de Lourenço Marques. O Reverendo Uria Simango foi co-fundador da Frelimo, tendo-se tornado mais tarde dissidente do movimento. Ambos foram presos pela Frelimo, dias depois da tomada de posse do Governo de Transição, tendo sido posteriormente assassinados.

Se para jornalistas e membros da Frelimo que adquiriram voz no *Savana*, este movimento procurou impedir a transferência dos poderes para a Frelimo e instituir em Moçambique um governo de minoria branca, para António Rita-Ferreira (1988: 132-133), os acontecimentos deverão ser considerados não tanto como uma reacção contra o Acordo de Lusaka, mas antes como o resultado conjugado de diversos factores. O antropólogo salienta o crescente sentimento de insegurança vivido pela população portuguesa, sentimento esse agravado pelos ataques da Frelimo²² e pela paralisação operacional dos militares portugueses²³, pelo início da destruição de infra-estruturas económicas dispersas pelo país²⁴ e, finalmente, “*pela continua agitação de propaganda política oriunda de diversos quadrantes*”²⁵.

De acordo com os discursos analisados no *Savana*, as justificações para a atitude dos colonos portugueses não se relacionaram tanto pelo o clima de insegurança vivido, mas sobretudo por um conjunto de três aspectos. Em primeiro lugar, o discurso oficial do Estado Novo, por intermédio do ensino, de associações religiosas e corporativas ou dos órgãos de informação, veiculou um conjunto de valores (nacionalismo, civilização, catolicismo), que legitimava a presença portuguesa em África. A interiorização de todos estes princípios dificultava, aos colonos portugueses, a aceitação pacífica da independência de territórios considerados portugueses por direito. O facto de o sistema proporcionar aos colonos uma situação privilegiada (não só em comparação com as populações africanas, como relativamente aos padrões de vida na metrópole), desencadeava na maioria, uma atitude conservadora relativamente à questão colonial. Neste contexto, concordância com o regime colonial e apatia política (resultante da falta de informação e do défice associativo) constituíram duas posições, com fronteiras muito ténues e que facilmente se confundiram.

A segunda justificação relacionou-se com a desconfiança dos colonos portugueses relativamente à capacidade e à acção de um governo de maioria negra. Face ao regime de censura existente, os conflitos armados com a Frelimo não eram do conhecimento da maioria das populações do sul do país, sobretudo nos grandes centros urbanos. Como refere Norrie MacQueen (1997: 45), aos olhos de muitos portugueses, a Frelimo representaria, sobretudo, um grupo terrorista e desorganizado, cuja acção se circunscrevia a zonas remotas de Moçambique.

A terceira justificação relacionou-se com o facto de os antigos colonos não se identificarem com os ideais políticos marxistas-leninistas preconizados pela Frelimo. Se bem que a maioria dos colonos portugueses eram orientados por valores que exaltavam as virtudes do capitalismo, do mérito ou da iniciativa privada (Rita-Ferreira, 1988: 141), esta opinião, defendida sobretudo por membros da oposição política, merece ser enquadrada no processo de luta partidária existente em Moçambique.

²² Nos anos de 1972 e 1973 já haviam sido realizados ataques da Frelimo nas províncias de Manica e Sofala, no centro do país, aproximando-se o conflito da cidade da Beira, a segunda mais importante do país. A segurança que a população urbana havia assumido como garantida começou a fragilizar. Em 1974, o avanço da Frelimo pelo vale do Zambeze e a intensificação da implementação de minas em estradas e caminhos-de-ferro, golpes e emboscadas contra objectivos económicos, tornou inclusive a circulação de pessoas, nas províncias do centro e norte do país, mais limitada e arriscada (Antunes, 1995a: 69-70). Aproveitando-se da indefinição política na metrópole, os ataques intensificaram-se após o 25 de Abril de 1974.

²³ Ao mesmo tempo que a Frelimo intensificava os combates, o exército português obtinha ordens no sentido de cessar as operações ofensivas, restringindo-se a acções de auto-defesa e de protecção da população civil. É corrente a opinião que se registava uma desmoralização no seio do exército, consciente que privava o seu futuro, para proteger uma minoria de portugueses privilegiados.

²⁴ Os militares portugueses pressionavam o Governo em Lisboa no sentido de negociar um cessar-fogo com a Frelimo. É neste contexto que se registam abandonos de posições militares, bem como saques e acções violentas, provocadas por multidões desordeiras, perante a inoperância dos comandos militares, das autoridades administrativas e policiais. Em regiões como Angoche, Moma, Nametil, Corrane e Quinga, registou-se o saque de milhares de estabelecimentos comerciais, vulgo cantinas, “*que aos olhos de milhões de destituídos, surgiam abarrotadas de tantos e tão cobiçados bens de consumo e, naturalmente, sob a suspeita de haverem explorado clientes indefesos e acumulado lucros excessivos*” (Rita-Ferreira, 1988: 130).

²⁵ O sentimento de insegurança das populações foi ainda agravado pelo conjunto de greves, registadas logo após o 25 de Abril. De acordo com Norrie MacQueen (1997: 129), muitas disputas assumiram dimensões raciais, com empregados negros a desafiarem as posições das chefias brancas, agravando a tensão no seio das comunidades em Moçambique.

O seu comentário não deixa de constituir uma crítica indirecta, às opções ideológicas adoptadas pela Frelimo, no período pós-independência²⁶.

Mais uma vez, um factor explicativo da ênfase conferida às atitudes políticas dos portugueses na representação social da população colonial prende-se com a sobrerrepresentação das vozes políticas na amostra. De facto, tendo os actores em questão estado directamente envolvidos nos Acordos de Lusaka, ou pelo menos retirado daí enormes expectativas, torna-se compreensível que tenham vivido mais intensamente o período político pós-25 de Abril e que tenham retido na memória a atitude ideológica dos portugueses, no que concerne ao processo de descolonização de Moçambique.

Uma segunda imagem que sobressaiu da análise das peças jornalísticas relacionou-se com o nível de qualificações dos colonos portugueses (14% de todas as referências), capazes que estavam de assegurar o funcionamento das infra-estruturas básicas do país, dos transportes e abastecimento logístico, da saúde e educação²⁷. O facto de no *Savana* se reconhecer o nível de qualificações da comunidade portuguesa, não deixa de se apontar a (ir)responsabilidade histórica dos mesmos que, ao abandonarem inúmeros postos-chave para o funcionamento do país, deixaram Moçambique numa situação difícil²⁸. Essa atitude foi, sobretudo, referida pelos governantes e políticos da Frelimo.

O elevado poder económico dos colonos portugueses foi também referido nos discursos jornalísticos do *Savana* (10%), perpassando a ideia que todos portugueses gozavam de um estatuto económico favorável e invejável²⁹, que terão perdido com a independência de Moçambique. As referências a esse estatuto económico fizeram-se sobretudo por comparação com os bens que deixaram em Moçambique, no momento em que partiram para Portugal ou para a África do Sul. Como se referiu anteriormente, os colonos gozaram em Moçambique de um estatuto privilegiado, experimentando aí facilidades que não existiam noutros países de emigração portuguesa, como a França, a Suíça ou a Alemanha³⁰. A população de origem europeia beneficiava por isso de um nível relativamente elevado de rendimentos e de padrões de consumo. “*A poupança e o investimento eram*

²⁶ Aquando da independência de Moçambique, intensificou-se a intervenção do Estado no sector capitalista em geral, nomeadamente pela nacionalização de terrenos agrícolas, clínicas e estabelecimentos de ensino particular, prédios de rendimento e diversos estabelecimentos comerciais (Rita-Ferreira, 1988: 141). Muitos desses imóveis haviam sido abandonados pelos anteriores proprietários, ou entregue a respectiva gestão a funcionários africanos de confiança. No novo contexto não existiam condições para a reprodução dos mecanismos de acumulação privada. A figura do empresário foi politicamente combatida ou socialmente denegrida (Mosca, 2002: 71).

²⁷ O Governo colonial atribuía à população portuguesa a legitimidade de dirigir a administração e os negócios em Moçambique. Era a pensar neste grupo minoritário que se realizaram os maiores investimentos no campo educativo. As melhores instituições de ensino estavam centralizadas nas principais zonas urbanas, precisamente nos locais onde se concentrava a população portuguesa. O facto de este grupo usufruir dos melhores níveis de rendimento, facilitava a sua formação escolar e profissional. Quer por comparação com a sociedade portuguesa da metrópole, quer com o resto da comunidade moçambicana, o nível de instrução dos colonos era elevado (Rita-Ferreira, 1988: 124).

²⁸ A título de exemplo, só o sector dos caminhos-de-ferro e o complexo do porto de Lourenço Marques perderam cerca de 7000 técnicos especializados, após os anos de 1974 e 1975 (Isaacman, 1983: 145).

²⁹ Apesar do sistema social privilegiar a integração económica da minoria de origem europeia, Norrie MacQueen (1997: 141) refere a existência de comunidades brancas socialmente desfavorecidas, sobretudo em Angola mas também em Moçambique, fenómeno este que assumiu um carácter único nas colónias sub-saahrianas. Nas cidades moçambicanas, este sector englobava os portugueses que habitavam nas áreas periféricas, ou que exerciam postos menos atractivos para a sociedade colonial. De acordo com Malyn Newitt (1995: 406), na década de 1950, camponeses portugueses, com maiores dificuldades económicas, “*tinham de trabalhar tão arduamente que se dizia que os Moçambicanos locais consideravam tratar-se de uma forma de «chibalo para brancos»*”.

³⁰ As passagens dos funcionários públicos, bem como dos agricultores e funcionários dos colonatos eram financiadas pelo Estado português. De acordo com Eduardo Mondlane (1996: 53), o apoio especial do Governo aos agricultores portugueses, a preferência dada às populações brancas nos empregos das cidades e as diferenças salariais existentes, contribuíam rapidamente para elevação da situação económica dos emigrantes portugueses. Elísio Martins (1974: 82) ilustra as facilidades que os portugueses experimentavam quando chegavam a Moçambique da seguinte forma: “*When a Portuguese disembarks in Mozambique he carries his own luggage, but after only a few hours' contacts with friends and relations changes him instantly; he then looks for an African to carry his baggage for him...*”

praticamente da sua exclusiva autoria" (Rita-Ferreira, 1988: 124). Os portugueses viviam nos melhores locais da cidade, nas melhores habitações, usufruindo das melhores acessibilidades³¹.

Um dos mitos alimentados pelo Estado Novo relacionou-se com a existência de uma forma portuguesa de estar nos trópicos naturalmente humanista e sociável, por oposição à colonização inglesa, mais separatista e racista. Um dos principais argumentos, justificativos desta teoria do não racismo português, relacionava-se com a comunidade de mulatos existente nas diversas colónias, o que demonstrava a miscigenação promovida pelos portugueses. Nas peças seleccionadas no semanário *Savana*, as poucas referências às formas de relacionamento dos portugueses com a população africana, contrariaram esta forma humanista de estar no Mundo, veiculada pelo Governo português. As poucas alusões ao modo português de estar em Moçambique (7,3%) salientam, sobretudo, comportamentos arrogantes, etnocêntricos e racistas por parte dos colonos. O racismo dos portugueses foi expresso pela decisão tomada de partir de Moçambique após a celebração dos Acordos de Lusaka. Da análise das peças jornalísticas transparece a atitude de que as relações sociais no tempo colonial eram, claramente, estruturadas na relação entre dominadores e dominados. Este binómio assentava em categorias sociais relacionadas com critérios classificatórios visíveis – nomeadamente na cor da pele –, daí derivando a condição económica e o estatuto social. Desenvolvida em torno de pressupostos de superioridade racial, a estrutura social moçambicana dificultava um ambiente de reciprocidade equilibrada, assente em relações de confiança e de respeito mútuo entre portugueses e africanos. Estas opiniões vêm ao encontro de diversos autores segundo os quais, sobretudo nos centros urbanos como a Beira ou Lourenço Marques, a minoria branca vivia isolada da maioria negra, sendo promotora de uma sociabilidade marcada pelo racismo e pela discriminação (Thomaz, 2001: 58). Para a maioria da população portuguesa *"os únicos negros que conheciam eram os seus empregados domésticos. Mesmo assim, era pouco provável que visitassem alguma vez as casas onde estes viviam nos subúrbios ou falassem a sua língua"* (Fauvet e Mosse, 2003: 18). De acordo com Polanah (1986: 5), circunscritos às suas origens sociais e estabelecendo poucos contactos com a população africana *"o Branco comum não distinguia um Negro boçal, por mais apresentável que o primeiro fosse; A sua atitude orientava-se pela cor da pele e outras características da raça"*³². Para Mondlane (1996: 49-53) as atitudes racistas eram particularmente evidentes nos estratos sociais mais baixos da população portuguesa. O facto de deterem níveis de qualificações mais reduzidos colocava-os, à chegada a Moçambique, em competição directa com a comunidade africana, que passava a constituir para eles uma potencial ameaça. De acordo com o fundador da Frelimo, apesar da existência de uma enorme comunidade de mulatos nas colónias portuguesas, os casamentos mistos mantiveram-se extremamente raros, o que induz uma rejeição social desses compromissos³³. O único comentário revelador de uma estima para com os antigos colonos portugueses, dirigiu-se especificamente àqueles que resolveram ficar em Moçambique, apesar do regresso dos ex-compatriotas. Diversos movimentos mais progressistas da sociedade colonial como os Democratas de Moçambique³⁴, alguns jornalistas e órgãos de comunicação social³⁵,

³¹ De acordo com Allen Isaacman (1983: 43), em 1960, cerca de 3000 europeus possuíam mais propriedades agrícolas do que um 1500.000 agricultores africanos. Enquanto cada agricultor europeu detinha em média 562 hectares de terreno, os congéneres africanos possuíam apenas 1,4 hectares.

³² Segundo Polanah (1996: 5), esta interpretação racial da estrutura social era inclusive assumida pelos próprios africanos. *"O negro também identificava a cor branca com a noção de 'superioridade inviolável' que se associava à figura de um 'patrão', de um 'chefe', de um 'dono'".*

³³ Em quase todas as situações era o pai que era português. As relações entre a mulher portuguesa e o homem africano não eram aceites com a mesma tolerância. Tratou-se de uma característica que remontou, sobretudo, a períodos históricos ou a regiões onde não existiam condições para as mulheres portuguesas acompanharem os homens ou maridos.

³⁴ Maioritariamente composto por advogados de orientações esquerdistas, e mais tarde conhecidos por Democratas de Moçambique, diversos cidadãos portugueses opunham-se ao regime fascista e à atitude colonial. Entre outras medidas, o

bem como diversos sectores da Igreja Católica, nomeadamente os Bispos da Beira³⁶ e de Nampula³⁷ ou os Padres Brancos³⁸, não tiveram qualquer referência directa nas peças analisadas.

Conclusão

Ao longo das peças jornalísticas analisadas predominou uma visão quase exclusivamente negativa do período colonial e dos portugueses que habitaram em Moçambique. Os emissores de opinião são oriundos dos grupos sociais que, no tempo colonial, eram detentores de uma cultura política mais participativa, mas que sentiram maiores obstáculos no acesso ao poder em Moçambique. Trata-se, maioritariamente, da actual elite política do país (do Governo ou da oposição), que é convidada a emitir a sua opinião durante as celebrações das datas históricas. As raras referências positivas ao período colonial incidiram unicamente sobre o desenvolvimento económico e aconteceram por comparação com as dificuldades vividas nos dias actuais. O presente condicionou as imagens do passado, na medida em que se procurou nesse passado uma imagem inversa do presente. Estas imagens resultaram da forma como se representa o Estado na actualidade, inserindo-se em estratégias políticas ou editoriais de crítica ao Governo de Moçambique. Saliente-se que o semanário reproduziu todo um conjunto de pontos de vista provenientes de camadas sociais urbanizadas, constituindo por isso o veículo de difusão do pensamento de uma elite moçambicana fazedora de opinião, e envolta em conflitos políticos e sociais específicos. Qualquer tentativa de extrapolar estas observações para toda a sociedade moçambicana seria por isso abusiva.

A denúncia das atrocidades cometidas durante o sistema colonial serviu o propósito de legitimar o papel das classes dirigentes em Moçambique, responsáveis pela resistência anti-colonial, ou pelo menos vítimas daquele período. Nos textos seleccionados não foram apresentadas opiniões de historiadores e de outros cientistas sociais, bem como testemunhos mais objectivos que retratassem, com exemplos vívidos, o período colonial. Nesta celebração colectiva, o anterior sistema e o antigo colonialista representam o inimigo comum a todos os moçambicanos, conferindo-se por isso maior sentido e legitimidade à independência de Moçambique e, especialmente, ao regime político vigente e às suas autoridades. Nesta orientação discursiva para o desapareço do regime colonial, não se tornou nem relevante nem pertinente conferir voz a representantes do anterior regime político. Os responsáveis portugueses pela assinatura dos Acordos de Lusaka, antigos militares

grupo adoptou diversas iniciativas de oposição ao sistema vigente, como a apresentação de protestos relativamente à vigência do estatuto do indigenato, ou a defesa judicial de supostos “terroristas” da Frelimo (Santos, 1995: 643-645).

³⁵ A presença da polícia secreta e a existência de um regime de censura não invalidou que, ainda durante o período colonial, uma minoria de jornalistas portugueses, nomeadamente do jornal *Diário de Moçambique*, *Tribuna* ou da revista *Tempo* (Machiana, 2002: 45-47), realizassem diversas críticas ao sistema colonial. De acordo com Almeida Santos (1995: 644), em Lourenço Marques a PIDE era bem mais tolerante com as populações de origem europeia do que com as congéneres africanas, o que conferia aos primeiros uma maior margem de manobra nos seus protestos.

³⁶ Ao longo do bispado, Dom Sebastião Resende (Bispo da Diocese da Beira entre 1943 e 1967) mostrou-se bastante crítico em relação à acção colonial portuguesa, criticando os abusos que se cometiam sobre a população local, defendendo publicamente a abolição desse estatuto. Favorável à emancipação dos africanos, o Bispo questionou as relações laborais existentes em Moçambique que, para o prelado, constituíam a chave para o futuro de Moçambique e dos colonos portugueses.

³⁷ Manuel Vieira Pinto foi Bispo de Nampula entre 1967 e 1974, altura em que foi expulso de Moçambique pelo Governo colonial, vindo a ser apelidado de traidor pelos colonos portugueses. Ao longo de diversos discursos ambíguos, o Bispo efectuou a apologia da dignidade dos trabalhadores, do fim de torturas e prisões arbitrárias, bem como do direito de associação. Dom Manuel Vieira Pinto denunciou publicamente as desigualdades sociais e o racismo existente em Moçambique.

³⁸ A Sociedade dos Padres Brancos efectuou constantes denúncias de situações de trabalho forçado e de maus-tratos infringidos aos negros e, a partir de 1964, de atrocidades cometidas pelo exército português. Tendo-se instalado em 1945 na região central do país, a Sociedade acabou por ser expulsa de Moçambique em finais da década de 1960 (Thomaz, 2001: 47-48).

portugueses, ex-governadores ou, inclusive, os antigos colonos e proprietários não tiveram voz nos números seleccionados³⁹.

A atitude de condenação do passado acaba, no entanto, por cair num paradoxo: quanto mais radical se torna a negação do período colonial, maior é a dependência política em relação ao colonialismo. A existência de um inimigo comum a todos os moçambicanos, dos quais todos se libertaram, constitui a forma de fomentar a unidade e o nacionalismo, num país marcado por uma enorme diversidade cultural. Nesta perspectiva, os moçambicanos são hoje moçambicanos, precisamente porque se libertaram, em conjunto, de um “*jugo colonial*” que lhes foi comum.

Como refere Paul Connerton (1998: 51) “*encenar um rito é sempre estar de acordo com o seu significado*”. O discurso da celebração ritual caracteriza-se pela capacidade de produzir determinados enunciados e de ocultar ou omitir outros, acabando por libertar sentimentos expressivos no seio dos participantes. Os ritos têm a capacidade de conferir valor e sentido à vida daqueles que os executam. Celebrar a independência de Moçambique significa denunciar as atrocidades cometidas pelo sistema colonial, sublinhar o seu pendor injusto e autoritário bem como o atraso económico herdado.

Bibliografia

- Abshire, D.M. and Samuels, MA (1969), *Portuguese Africa*, Londres, Pall Mall.
- Antunes, José Freire (1995a), *A Guerra de África – 1961-1974*, Volume 1 e 2, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Catroga, Fernando (1996), “Ritualizações da História”, in Torgal, Luís; Mendes, José e Catroga, Fernando, *História da História em Portugal – sécs XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 547-671.
- Connerton, Paul, (1998), *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- Fauvet, Paul e Mosse, Marcelo (2003), *É proibido pôr algemas nas palavras – Carlos Cardoso e a Revolução Moçambicana*, Maputo, Ndjira.
- Freyre, Gilberto (1958), *Integração Portuguesa nos Trópicos*, Coleção Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº6, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.
- Freyre, Gilberto (1961), *O Luso e o Trópico*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Hedges, David (Coord) (1999), *História de Moçambique*, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Isaacman, Allen (1978), *A Luta continua: Creating a New Society in Mozambique*, New York, Foundation of State University of New York.
- Isaacman, Allen and Isaacman, Barbara (1983), *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Boulder Colorado, Westview Press.
- Machiana, Emídio (2002), *A revista Tempo e a Revolução Moçambicana: Da Mobilização Popular ao Problema da Crítica na Informação, 1974-1977*, Maputo, Promédia.
- MacQueen, Norrie (1997), *The decolonization of portuguese Africa - Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*, London and New York, Longman.
- Martins, Elisio (1974), *Colonialism and imperialism in Mozambique – the Beginning of the End*, Denmark, Akademisk Forlag, Softcover.

³⁹ Uma questão que se coloca nesta investigação, mas que escapa aos objectivos da mesma, prende-se com o conhecer até que ponto, nos *mass media* portugueses, é conferida voz aos agentes africanos, durante as reportagens sobre a guerra colonial, sobre a descolonização ou sobre a presença portuguesa nas antigas colónias africanas.

- Mondlane, Eduardo (1995), *Lutar por Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Mosca, João (2002), *Encruzilhadas de África – ênfase para os PALOP*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Polanah, Luís (1986), “Patriotismo e Falsificação Histórica - uma análise da Identidade Nacional em Moçambique e Angola”, *Separata da Revista Factos & Ideias*, Ano II - N.º 3, Braga, Centro de Estudos de Relações Internacionais da Universidade do Minho.
- Rita-Ferreira, António (1988), “Moçambique post-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”, in *Moçambique, Cultura e História de um país – actas da V semana de Cultura Africana*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, pp. 121-169.
- Santos, Almeida, (1995) “Almeida Santos, inspiração do bispo” in José Freire Antunes, *A guerra de África – 1961-1974*, Volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 641-646.
- Serra, Carlos (Direcção) (1999), *História de Moçambique, Parte I - Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores 200/300-1885; Parte II - Agressão imperialista, 1886-1930*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Serra, Carlos (2000), *Racismo, etnicidade e poder*, Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Tajú, Gulamo (1989) “Dom Sebastião Soares de Resende, primeiro bispo da Beira: notas para uma cronologia” in *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6 (especial: cidade da Beira), pp. 149-176.
- Thomaz, Omar Ribeiro (2001), “Contextos Cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e a formação de Moçambique (notas de uma pesquisa em curso)” in *Estudos Moçambicanos*, n.º 19, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 27-59
- Torgal, Luís (1996), “Ensino da História”, in Torgal, Luís; Mendes, José e Catroga, Fernando, *História da História em Portugal – sécs XIX-XX*, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 431-489.

Peças jornalísticas citadas

- Nuvunga, Samito (26.06.1998b), “Com a ajuda de um grupo minoritário de brancos ‘Gagnaux quer instalar o racismo em Moçambique’ – acusa o general Américo Mpfumo ao SAVANA” in *Semanário Savana*, ano V, n.º 232, pág. 13.
- Bié, Rafael e Nhancale, Constâncio (03.09.1999a), “CONJUNTURA SÓCIO-ECONÓMICA OFUSCA O DIA DA VITÓRIA – Opinião unânime dos entrevistados do SAVANA”, in *Semanário Savana*, ano VI, n.º 294, pág. 16-17.
- Machava, Paulo (10.09.1999a), “País permite entrada de marginais europeus...”, in *Semanário Savana*, ano VI, n.º 295, pág. 2-3.
- Dhlakama, Afonso (23.06.2000), “Carta aberta aos moçambicanos”, in *Semanário Savana – Suplemento especial 25 de Junho*, ano VII, n.º 337, pág. 7.
- Salema, Ericino (29.06.2001), “Moçambique aos 26 anos: O futuro ainda tem ‘cores’ invisíveis – Pouca afluência ao comércio orientado pelo PR”, in *Semanário Savana*, ano VIII, n.º 390, pág. 4.